

clamação, retrocede, para admiti-la novamente, e já agora sob o propósito de uma discriminação que a moral e a justiça condenam formalmente.

Sra. Presidente, podendo montar fábricas pela metade do custo atual, à sombra de um novo favoritismo, e dispondo de mão-de-obra que custa também a metade do que se paga em outras regiões do país, o Nordeste teria condições competitivas incomparáveis e estaria livre de todas as dificuldades que o afligem. Seria, no entanto, processo normal de desenvolvimento, suscetível de ser aceito sem protestos, o que determinasse uma odiosa discriminação de direitos? Haveria a necessária conciliação entre esse processo, privilegiado e prioritário, por excelência e a letra constitucional que uniformiza o direito de todos os cidadãos, impedindo as desigualdades e os descabidos tratamentos preferenciais?

Poderá uma região beneficiar-se de determinadas exceções, contra outras?

Poderá o Governo impedir o recurso ao Poder Judiciário, tentado por outros estados também subdesenvolvidos, na hipótese de se voltar ao câmbio do custo, embora parcialmente, para benefício de uma região, com prejuízo de outras? O Governo não formulou a si mesmo esta pergunta.

Julgando-se poderoso e atuando principalmente no campo de uma suposta infalibilidade, o Governo retoma ao expediente que combateu e dá público testemunho de que não previu todas as funestas consequências da Instrução 204. Aprovando a solicitação da Sudene, tumará a primeira exceção, outorgando o primeiro privilégio. Tudo faz crer que acabe por adotar também uma segunda exceção, esta em favor da Petrobrás, acabando depois por ficar tudo como estava. Seria a revogação pura e simples da última reforma cambial, providência que lançaria o país na confusão e na anarquia, sob consequências fatais à sorte de sua economia.

O Sr. Presidente da República extremou-se na defesa da extinção do câmbio de custo e foi incisivo e peremptório na sustentação da Instrução 204. S. Exa. não fez referência alguma aos empreendimentos do Governo Juscelino Kubitschek. Em nenhum dos seus discursos foi registrada a mínima alusão às metas do último governo, da maior significação para o país. Teria havido um acervo notável de obras públicas, mas o Sr. Jânio Quadros timbrou em discutir apenas os pontos negativos. Dando um balanço na administração passada as objurgatórias contra o câmbio de custo eliminaram o próprio ativo dessa administração. Pela primeira vez um balanço governamental desprezou as contas ativas para se ater exclusivamente às contas passivas.

Não seria, talvez, uma injustiça, deliberada, mas o propósito de estigmatizar um sistema de câmbio, o deliberado e firme propósito de apresentá-lo à nação como o mais condenável e viciado de todos os sistemas.

Como, portanto, recorrer outra vez ao mesmo sistema, e nesta oportunidade para estabelecer privilégios que são formalmente contrariados pela Constituição?

O povo, Sra. Presidente, que nada entende dos segredos da economia e das finanças, que só sabe que um governo é bom quando a vida é fácil, já começa a fazer comparações. E o seu raciocínio chega invariavelmente às mesmas conclusões. Para ele, o último governo não poderia ter sido tão ruim quanto lhe pintam, pois fez coisas incríveis e espantosas neste país com o custo de vida muito mais barato. Seria o câmbio de custo a sentença de sua condenação inexorável, mas essa mesma sentença deixa de passar em julgamento diante das vacilações e dos recuos do governo que aí está.

Sabe esta Casa o que penso do governo do Sr. Juscelino Kubitschek. Todavia, não o culparia eternamente se seu sucessor não se mostrasse capaz de enveredar por outros caminhos dando ao país as soluções que ele reclama.

O câmbio de custo do Sr. Kubitschek teria sido um grande mal, mas um mal necessário talvez. Pelo menos não foi esse câmbio de custo a obra de uma discriminação, o instrumento de uma aviltação de direitos fundamentais.

Não deve o Sr. Jânio Quadros bulir na famosa Instrução 204. Seu dever é o de executá-la como está, fiel e integralmente, até o fim. E o de oferecer ao povo brasileiro, esgotado o período de confiança que pediu, novas e melhores condições de vida. A própria sorte deste governo está ligada ao destino que for dado à reforma cambial.

Nunca uma medida oficial prendeu tanto um governo às suas consequências. Reforma cambial e governo são partes de um mesmo corpo, peças de um mesmo sistema de força e de equilíbrio. Fracassada a reforma cambial, estará virtualmente deposto o atual governo da República.

Não se ilude o eminente Sr. Jânio Quadros! Cumpra o que solenemente prometeu à nação, na hora mais dramática da nossa vida nacional, e não queira praticar um ato que levaria seu governo a um desprestígio total.

Guide do Nordeste de outra maneira, usando todos os recursos que estão ao seu alcance, mas não atente contra as leis, contra a Constituição, contra o equilíbrio da Federação, contra a maioria dos Estados.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, e praticamente por unanimidade, o escritor Jorge Amado. Essa eleição prova uma renovação dos valores culturais deste país. Velhos preconceitos e tabus estão aporrecendo. E o sangue novo de um escritor admirável, na velha Academia, com livros traduzidos para quase todas as línguas, é uma renovação esta que ocorre na Academia Brasileira de Letras. Jorge Amado que teve o seu mandato popular cassado pela semidemocracia em que vivemos é autor de livros. Srs. deputados, que estão traduzidos para os seguintes idiomas: islandês, sueco, francês, espanhol, inglês, italiano, albanês, russo, chinês, tcheco, hebreu, persa, alemão, lituano, ucraniano, rumeno, idiche, húngaro, servo-croata, esloveno, holandês, mongol, búlgaro, grego, eslovaco, polonês, árabe, dinamarquês, norueguês e finlandês.

Ai tem V. Exas. a repercussão mundial dos trabalhos desse escritor que honra a inteligência brasileira, digo mais, honra a inteligência de todo o mundo.

Com José Lips do Rêgo, com Oraciliano Ramos e outros escritores de vanguarda soube ele fixar em seus livros o drama da gente pobre, o drama que irrita tanta gente rica o drama que não é sentido nem entendido pelos detentores do poder econômico, pelos imperialistas, por aqueles que querem rejeitar a nossa Pátria, indefinidamente, ao poderio do capitalismo explorador.

Mas revela uma incomensurável incultura, uma ausência de senso crítico afirma que toda a obra de Jorge Amado toda a sua obra de ficção é uma obra puramente defensora de uma tese. Não, Srs. deputados, é literatura da maior. Em seus livros há poesia, em seus livros existe arte. Negar-lhe valor e negar-lhe o direito da eleição unânime que alcançou na Academia Brasileira de Letras é provar antes e acima de tudo, uma ignorância palmar.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Diogo Bastos.

O SR. DIOGO BASTOS (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, no correr do ano de 1956, apresentei a esta Assembleia um projeto de lei que recebeu o número 319-56, criando uma escola industrial na cidade de Cruzeiro. Em 5 de fevereiro de 1957, foi transformado em lei que recebeu o n.º 3.813 — sancionado que foi pelo então Governador do Estado — lei esta publicada no Diário Oficial do dia 7 de fevereiro desse mesmo ano.

É a lei:
(Lê) "Art. 1.º — Fica criada uma Escola Industrial em Cruzeiro.
Art. 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação da escola criada, consignará dotações destinadas ao custeio das respectivas despesas.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Jânio Quadros
(a) Vicente de Paula Lima."

Pois bem, Srs. deputados, esperei em vão durante quatro longos anos sem que o Governo resolvesse instalar a referida escola!

Se o Governo Estadual assim proceder, também as autoridades municipais de Cruzeiro primaram pela inércia e pelo descaso completo, privam o uma cidade eminentemente operária como Cruzeiro de um estabelecimento técnico profissional que iria beneficiar a mocidade estudiosa de minha terra!

Enfim, Srs. deputados, parece que agora o problema tão levemente esquecido terá encaminhamento rápido para uma solução, que irá reparar o mal que já foi feito.

A Associação Cruzeirense de Ensino, presidida pelo Dr. Orlando de Faria, médico residente em Cruzeiro, o Rotary Club de Cruzeiro, depois de um trabalho perfunctório, coadjuvado pelo interesse do ilustre representante do Vale do Paraíba, nesta Casa, o deputado Benedito Matarazzo, que por mais de uma vez focalizou desta tribuna o assunto da Escola Industrial de Cruzeiro, conseguiram do Sr. Governador do Estado a certeza de que seria criado e instalado naquela cidade um estabelecimento técnico industrial.

E, pois, uma notícia auspiciosa para a coletividade cruzeirense. Sei perfeitamente que a escola criada por minha iniciativa não seria instalada. Como membro da oposição nesta Casa estou certo de que o meu projeto, transformado em lei, não será concretizado. Não importa, Srs. deputados! Venho a esta tribuna para dizer da minha satisfação em saber que Cruzeiro vai receber sua escola tão desejada pela mocidade de minha terra!

Seja a escola por mim criada, seja outra, com denominação diferente, dentro do Plano de Ação do Governo, nada impede que me sinta plenamente satisfeito, esperando que se transforme em realidade uma aspiração tão desejada pelo povo cruzeirense.

Eia o que tinha a dizer.
A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes.

O SR. JUVENAL RODRIGUES DE MORAES (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, a fim de que a capital paulista tenha seu Colégio Militar aspiração justíssima de todo o Estado, um movimento, a que dão seu prestígio e seu entusiasmo as classes conservadoras e as mais categorizadas instituições bandeirantes, alcança a alma da população neste instante.

Lerei a seguir um memorial que vai ser entregue ao Governador Carvalho Pinto para que S. Exa., falando e agindo por São Paulo, pleiteie aquele benefício. Solicitaria à Mesa que, por este Poder e por esta Casa, desse sua adesão a tão bela causa, juntando sua simpatia e seus aplausos ao desejo de todas as classes de São Paulo.

É este o memorial:

(Lê) "Exmo. Sr. Governador.

Tendo em conta que São Paulo, pela sua ampla contribuição no desenvolvimento nacional, tem direito à modesta reivindicação do estabelecimento de um Colégio Militar nesta Capital, é que ojamós vir perante V. Exa., solicitar gestões a fim de que se concretize esta idéia, anseio generoso de muitos corações paulistanos.

Já de muito que patriotas eminentes e com grandes responsabilidades em questões da defesa nacional se tinham apercebido, não sem preocupações, de que a participação de São Paulo na constituição dos quadros de nossas forças armadas, não era proporcional à importância do desenvolvimento social e econômico desta unidade federal, e, viram nisto um grande mal.

Tenho sido desde logo advertido o então Chefe da Nação, Marechal Eurico Gaspar Dutra, empenhou-se ele para que se criasse a Escola Preparatória de São Paulo atualmente transferida para Campinas.

Acontece, porém, dado o diminuto efetivo de tal estabelecimento, a par de outras circunstâncias, que contingentes a dispositivos fortuitos de determinações regulamentares gerais, permitem, quase sempre, que a maioria dos efetivos da mesma se constitua de alunos oriundos de outros Estados, o que desse modo frustrou a precípua finalidade de sua criação.

Tanto mais quanto é certo que além da exiguidade dos efetivos das Escolas de Cadetes, imposta pelas compreensíveis limitações orçamentárias, visto que nelas são os alunos mantidos pelo Estado, o que não sucede nos Colégios Militares, tornam-se elas mais restritivas ainda, porque excluem do seu âmbito de aprendizagem a fase sem dúvida mais fecunda em impregnação ideativa que é o ciclo ginasial, o que não ocorre nos Colégios Militares, circunstância que amplia sobremaneira o quadro de matrícula destes, o que mais consão com os imperativos do estabelecimento da Escola Preparatória de São Paulo, os quais, como vimos, ela não logrou realizar.

Portanto, apesar da criação da Escola Preparatória de São Paulo, as vantagens sociais, advindas da influência solidarizante da instrução de fileira, com suas virtudes de classe, duramente cultivadas, não se processou com a amplitude desejável em nosso meio.

Razão por que, ainda se torna oportuna a criação do Colégio Militar de São Paulo, cuja necessidade ainda mais avulta, de vez que sua criação a par das enormes vantagens sociais, vinculando mais intimamente a nossa organização militar ao nosso povo, não representa dessangria aos cofres nacionais, pois, o aluno do Colégio Militar é um contribuinte que subsidia a sua própria instrução.

Tratando-se, assim, do estabelecimento, em nosso meio, de uma instituição de alto nível de moralidade de instrução geral, ao lado de uma sólida formação cívica cujos serviços seriam de um valor inestimável, pois, o ex-aluno do Colégio Militar não só poderá ser a perspectiva de um brilhante oficial de nossas forças armadas, como a de um cidadão que trará para a sociedade os reflexos altamente benéficos de uma formação de elevado teor de cultura geral e cívica que nenhum outro estabelecimento poderá proporcionar.

E dentro dessa mesma ordem de idéias, não se deve perder de vista a expectativa dessa emocionante parada cívica que uma vez fundado o Colégio Militar de São Paulo, seria, em futuro não muito remoto, a confraternização de expressivos valores de nossa sociedade civil com oficiais de todas as armas, nessa grande tertúlia de saudade, que sempre é a festa do ex-aluno do Colégio Militar.

E já no antegozo da vibração entusiástica e patriótica sob a qual o paulistano aplaudirá, dentro em breve, o desfile de sua juventude do Colégio Militar de São Paulo, em suas paradas cívicas, é que pedimos vênha a V. Exa., para consignarmos aqui nosso veemente apelo para que o benemérito e honrado governo de V. Exa., inclua em suas realizações as necessárias gestões para que São Paulo logre, o que outras capitais já lograram, talvez sem maiores razões, que nos assistem nesta modesta solicitação."

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Athiê Jorge Courty. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há poucos dias ocupei esta tribuna para tratar de um assunto que me parece palpitante: a instituição do salário-móvel. Volto hoje, a focalizá-lo, certo de merecer dos nobres colegas a mesma atenção.

Desde que o desequilíbrio tomou conta da vida brasileira, a inovação tem sido preconizada para proteger os assalariados contra as constantes elevações dos preços das utilidades essenciais. O ambiente inflacionário em que nos habitamos, não ria a um tremendo estouro em razão somente do salário-móvel, como pretendem alguns, que se esquecem, na outra face, de analisar o problema nas causas e não nos efeitos. As causas estão colocadas na falta de firmeza da orientação oficial, nas deficiências que não desaparecem e nas carências que deixam de ser atendidas. É vício de origem da nossa política econômica olhar as grandes equações de modo superficial, dando-lhes remédios que não resolvem, meros paliativos para casos que exigem o bisturi de uma grande cirurgia.

Fornarmos um povo ao Deus dará. Com as massas levadas de roldão, compridas no paredão dos preços, à espera da ordem fatal, que não está longe, se as coisas prosseguirem no mesmo ritmo. Dessas causas que se eternizam, resulta a alteridade na manipulação dos preços, determinados segundo a vontade dos que lideram o grande mercado nacional de consumo. As porcentagens sempre maiores no custo de vida são arrancadas da maioria de milhões que precisam de alimentos, vestuários, remédios etc. para o direito à sobrevivência. Acontece que essa maioria está separada por um bônus que não lhe permite ver do outro lado a realidade, e acompanhá-la em toda a sua extensão.

Sofre a coletividade os efeitos de um problema que não criou. O mais que se lhe dá, na área das possibilidades econômicas, é a revisão trienal dos salários. No momento em que isto ocorre as estatísticas assustam, amedrontam, apavoram e amarguram. É que o balanço mostra uma desigualdade flagrante, absurda. Para um pouco mais adicionado nos salários, sempre tomados por um mínimo surto à frente, os preços em vertiginosa disparada.

Parece sem base, destituída de ênfase, a impressão de que vivemos num permanente círculo vicioso. Como se admitir essa lógica, diante de uma visão disforme, tendo-se como positivo que a última revisão salarial foi especialmente superada pelas exigências financeiras astronômicas, da moradia, da alimentação, da roupa, dos calçados, dos medicamentos, dos hospitais e das escolas? É tão flagrante o contraste, que derruba na fonte, a enganosa ilusão de um pretérito círculo vicioso. O que existe, na verdade, é um povo em lamentável situação econômica e social, encurralado pela inflação, com um mínimo de capacidade aquisitiva cheio de precariedades, através de problemas ocasionados pela ausência prática de reformas básicas que o Brasil está a exigir.

A única maneira de convornar o travamento entre preços e estipêndios, é a adoção do salário-móvel pelo menos enquanto as providências de base ficam na dependência dos estudos. É tempo mais do que suficiente para se riscar dos pronunciamentos essa tolice de que ao povo convém sacrificar-se em benefícios da salvação nacional. A exigência, no tempo e no espaço, sempre tem sido feita a maioria, dos milhões que consomem e que não apresentam outros recursos para as suas necessidades, senão o produto de seus salários, ao passo que a minoria, que retém em suas mãos os bens de consumo, fica ao abrigo das conseqüências pelo sacrifício geral. Em verdade, esses grupos são os eternos beneficiados com as inovações introduzidas em nossa economia. A cada uma que se opera, aumentam os seus lucros, nada mais tendo a fazer do que dar novos preços às mercadorias entregues ao consumo público.

Veja-se para clarificar um caso recente, o acontecido com a Instrução 204. Com a força das estatísticas, o Governo Federal anunciou ao povo que a sua reforma camial de planária apenas uma pequena margem na alta do custo de vida. A realidade denotou com as estatísticas mandou-as às urtigas, porque os preços subiram mesmo a índices que hoje tornam mais aflitiva e amargurada a vida dos assalariados brasileiros. Em linhas econômicas, ficaram reduzidos os poucos recursos populares, enquanto aumentaram os lucros dos especuladores, cambionegristas e especuladores, que atariam palmas se essas novidades acontecessem todos os dias.